



ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 No dia trinta de janeiro de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, no auditório da União dos
3 Municípios da Bahia - UPB, teve início à 326ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio
4 Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi Furquim Werneck, Secretário
5 Executivo, presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA.
6 Estiveram presentes pelo Cepam, os conselheiros: Ana Maria de Lima Santos e Vera Lúcia Frazão
7 representantes da Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA; Aurinézio Calheira e Sergio Bastos
8 representantes do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC; César Roberto Góes Carqueija
9 representante do Conselho Regional de Biologia 5ª Região - CRBio5; Elbamair Conceição Matos
10 representante da Associação Amigos do Engenho - AAMEN; Erisvaldo Melo representante da entidade
11 ambientalista Terra Viva; Guilherme de Castro Moura representante da Federação da Agricultura e
12 Pecuária do Estado da Bahia - FAEB; Jackson Bomfim Carvalho representante da Federação dos
13 Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia - FETAG; Iglesias Brasil representante da entidade
14 ambientalista Instituto de Ação Ambiental da Bahia - IAMBA; Isabel Ligeiro representante do
15 Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental - IDEIA; Isa de Rincquesen representante da
16 Associação Rosa dos Ventos; João Lopes representante da Associação de Agricultores Irrigantes da
17 Bahia - AIBA; Josemário Martins da Silva representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
18 Itacaré; José Cisino Menezes Lopes representante da Cooperativa de Desenvolvimento do
19 Agronegócio do Oeste da Bahia - CODEAGRO; Laelson Dourado representante da Secretaria da
20 Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria da Saúde; Luiz
21 Fernando Galvão representante da SINDIBRITA; Marcelo Nunes de Abreu representante da Secretaria
22 da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI; Marcelo Miranda representante da Associação
23 Profissional de Engenheiros Florestais do Estado da Bahia - APEFEBA; Juliana Freitas, Eliuda Soares,
24 Celeste Simões e Kitty Tavares representantes da Secretaria Executiva do Cepam, além de
25 convidados. Constaram em pauta: abertura da sessão; apresentação sobre Projetos de Usinas
26 Termoelétricas (Sapeaçu I e II), José Mauro Mendonça engenheiro elétrico, diretor de operações e
27 construção da Multiner S/A; Apresentação sobre considerações dos estudos ambientais do Projeto de
28 Expansão da Veracel Celulose S/A, Eliane Anjos, Gerente de Sustentabilidade da Veracel; informes;
29 Tribuna Livre; apreciação da Ata da 325ª Reunião Ordinária de 19/12/08; Relato de Processos:
30 diligenciados, adiados, e novos; O que ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi cumprimentou a todos
31 e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta; ressaltou que a pauta desta reunião constava
32 de apresentações voltadas para as questões próprias do Extremo Sul do Estado; região muito
33 peculiar por suas características ambientais e pela atração de empreendimentos e ações das
34 Secretarias de Governo; informou que foi instituído um Grupo de Trabalho - GT para elaborar
35 diretrizes e critérios para caracterização e qualificação do requisito e viabilidade ambiental, tendo em
36 vista a promoção de investimentos econômicos na região do Extremo Sul do Estado da Bahia através
37 das Secretarias do Meio Ambiente; Indústria, Comércio e Mineração e Agricultura; registrou a
38 substituição do conselheiro Pablo Villanueva pela representante da mesma entidade Sra. Isa de
39 Rincquensen. Os conselheiros Aurinézio Calheira e Isabel Ligeiro manifestaram em nome de todos os
40 membros deste Conselho o reconhecimento da atuação positiva do conselheiro Pablo Villanueva. Em
41 seguida o conselheiro Mattedi passou a palavra ao Sr. José Mauro Mendonça para falar sobre Usinas
42 Termoelétricas Sapeaçu I e II: Projetos de geração de Energia e instalação dessas Usinas; falou dos
43 objetivos da empresa Multiner; informou que existiam Usinas em operação; disse que contava com
44 02 (duas) usinas eólicas em construção e outras a serem construídas provenientes dos últimos
45 Leilões; deu uma visão geral sobre a necessidade de crescimento de energia e da empresa Multiner;
46 registrou a atuação dos representantes do sistema elétrico da empresa e dos membros integrantes
47 do Conselho; ressaltou que não existia outro local além da Região Nordeste para concentração de
48 uma melhor distribuição de energia elétrica. O conselheiro Marcelo Miranda questionou qual o
49 percentual de produção de energia que a usina representaria diante da disponibilidade atual para a
50 Bahia e o Nordeste; qual o consumo de combustível previsto para essa usina e como seria o
51 transporte e se estava previsto no Projeto a neutralização de carbono emitido na produção. O
52 conselheiro Erisvaldo Melo citou as considerações contrárias com relação a esse tipo de atividade e ao
53 mesmo tempo a persistência em aprovar instalações de Usinas Termoelétricas no âmbito dos
54 Conselhos do Meio Ambiente. A conselheira Vera Frazão questionou o porquê da mudança de
55 localização. O conselheiro Mattedi perguntou se a instalação de um Parque Eólico era rápida. O
56 conselheiro Aurinézio Calheira fez considerações quanto à geração de emissões atmosféricas e quis
57 saber se isso foi bem estudado no EIA/RIMA. O Sr. Jose Mauro disse que com relação à mudança de
58 local de Itapebi para Monte Pascoal consistia numa definição estabelecida pelo Leilão que define a
59 Usina por Sistema Elétrico Nacional Brasileiro dentro de um sistema interligado Nacional Nordeste - o
60 próprio ONS direcionou para um ponto de conexão forte razoável de uma potencia para esse nível de

energia em detrimento as condições mais favoráveis; disse que a produção prevista proporcionalmente em torno de 10 a 20%, mas o ponto fundamental dessa disponibilidade não será medido por Estado e sim por Sistema Interligado Nacional; registrou que o combustível será transportado via terrestre a ser armazenado na Usina e sua origem estava sendo negociada com a Petrobrás em Camaçari; disse que o consumo previsto relativo a 600 ton/óleo por dia; informou que essas Usinas segue o modelo internacional sendo bastante mitigado as questões de emissões e ruídos; reafirmou que a empresa estava aderindo ao Programa Global de Florestas do Estado da Bahia indo de encontro à compensação de carbono; quanto ao Parque Eólico é uma tecnologia ainda nova no mundo, não estariam totalmente acreditada, sendo subsidiado pelo PROINFRA/Eletrobrás devido ao seu alto custo e que precisaria de uma ação do governo para acelerar e incentivar essa atividade. O conselheiro Mattedi passou a palavra ao Sr. Kurt Herwig representante da empresa Vanádio de Maracás Ltda que fez um convite aos conselheiros para participar de duas Audiências Públicas nos dias 12 e 13 de fevereiro no município de Maracás. Ato contínuo passou a palavra a Sra. Eliane Anjos que fez a apresentação sobre as considerações do Projeto de Expansão da Veracel para elaboração de um Termo de Referência em tramitação no Instituto do Meio Ambiente – IMA; falou sobre o novo modelo de desenvolvimento que deverá ser construído na região do Extremo Sul, e para tanto precisaria de parceiros do Estado da Sociedade Civil organizada e outros segmentos da iniciativa privada existentes na região com objetivo de aprimorar o que deu certo, juntamente aos atores local, bem como contemplar as necessidades da sociedade; citou alguns investimentos que a empresa Veracel se comprometeu naquela localidade, a exemplo de manutenção de três Hospitais e construção de um Hospital municipal, construção de Escolas; afirmou que não seria possível ampliar a Veracel sem fazer uma análise dos conflitos sociais, ambientais e econômico; ressaltou a existência de inúmeros projetos, bem como da construção dos Corredores Ecológicos e programa de educação ambiental; menor consumo de água; disse que a Veracel gera energia que consome da fonte biomassa; as emissões representam 0,99% do carbono estocado; falou que a empresa pretendia continuar naquela região caso a área seja adequada e que dispunha de um investimento previsto da ordem de 6 bilhões de reais; por fim, convidou os conselheiros para visitar a região juntamente como o GT instituído com representantes da SEMA, SICM e SEAGRI. O conselheiro Mattedi abriu espaço para as colocações do plenário: o conselheiro Marcelo Miranda sugeriu evoluir um pouco mais o Zoneamento Econômico Ecológico de forma mais consolidada para evitar maiores conflitos. O conselheiro Mattedi fez algumas considerações com relação ao conceito de responsabilidade social ao admitir que a empresa tem responsabilidade social sobre seu entorno, muito mais do que de modo geral; disse que muitos problemas acontecem na área de fomento; outro problema apontado seria a garantia real do uso múltiplo da madeira, e, sugeriu que fosse dada outra denominação para esse Programa que estava sendo proposto pela empresa Veracel que não o de Expansão. A conselheira Letícia Nobre falou que do ponto de vista da análise dos impactos e de como articular as proposições de sustentabilidade existem dados empíricos e concretos naquela região de Eunápolis que registram os maiores índices e taxas de coeficiente de mortalidade por acidente e violência de todo Estado da Bahia; disse que deve ser proposto um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, pensar muito mais para um entendimento mais aprofundado em relação com a vida das pessoas naquela região. A conselheira Isabel Ligeiro externou suas preocupações sócio-ambientais com relação à proposta da empresa e principalmente quanto ao montante significativo a ser investido para um tipo de atividade que interfere diretamente na ocupação humana local. Disse: eu sou ambientalista, eu não sou empresária e por isso, apesar de todos os benefícios ditos pela Veracel na região, não se pode perder de vista que a plantação de eucalipto furta da biodiversidade local inestimáveis serviços ambientais. Embora se perceba um esforço da empresa na apresentação feita ao Cepam entende que não há nada de inovador na proposta de expansão; também salientou que não se pode esquecer as notícias veiculadas na mídia e pelo Ministério Público de Eunápolis contrárias ao empreendimento. A Sra. Eliane Anjos fez as considerações finais: disse que registrou atentamente todas as colocações manifestadas; ressaltou o investimento na área profissional através da busca de parcerias com Universidades, Escola Técnica e outros para se obter um *campus* avançado na região, bem como a busca de interessado para ser fomentado; falou que a empresa Veracel não seria a solução do Extremo Sul e esse novo modelo precisaria de parcerias e cooperação; ressaltou que a empresa era a única que possuía Zoneamento; por fim fez um apelo de que a empresa estaria aberta a receber apoio. O conselheiro Mattedi registrou que todas as preocupações levantadas pelo Conselho deverão ser acrescentadas ao Termo de Referência para EIA/RIMA e o acompanhamento do processo dessa magnitude; reforçou a necessidade das visitas propostas, a saber: Audiências públicas a empresa Vanádio Maracás, nos dias 12 e 13 de fevereiro e a visita ao Extremo Sul. O conselheiro Marcelo Miranda solicitou quando da realização das oficinas internas referentes ao TR os conselheiros tomassem conhecimento. O representante da Veracel Adelino Neto propôs que as visitas fossem combinadas durante os dias que ocorrerão as oficinas prévias por conta do cronograma sugerido pelo IMA. O conselheiro Mattedi apresentou os representantes da SESAB para prestar esclarecimentos sobre o pedido de reconsideração de prazo para cumprimento dos condicionantes estabelecidos nas

Licenças de Implantação concedidas a SESAB para construção dos Hospitais do Subúrbio e da Criança, Processos nºs **1420090000651 e 1420090001232** respectivamente, através do *Ad Referendum* publicado no Diário Oficial do Estado de 24 e 25 de janeiro de 2009. A conselheira Letícia Nobre apresentou Mara Clécia diretora de Engenharia de Tecnologia da Saúde responsável por todo processo de construção dos dois Hospitais e o engenheiro Onildo da equipe da Diretoria Técnica; a Sra. Mara Clécia registrou que várias questões impediram a finalização do cumprimento das condicionantes com prazo para dois meses; quanto ao Hospital do Subúrbio este Conselho havia solicitado num prazo de dois meses o atendimento as condicionantes e uma apresentação do Relatório Bimensal sobre o andamento das obras; com relação ao Hospital da Criança foi solicitado informações sobre a aprovação do Sistema Viário do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DINIT e o mesmo não conseguiu finalizar a aprovação, bem como documentos relativos a viabilidade da Coelba e Embasa, que entregaram a carta de Anuência, mas a viabilidade será submetida à Secretaria após conclusão do projeto elétrico e hidráulico. O conselheiro Iglesias Brasil reiterou a sua sugestão de criar um Centro de Triagem de Animais e se foi estudada essa possibilidade. A Sra. Mara Clécia registrou que o assunto não foi contemplado como condicionante. O conselheiro Mattedi disse que seria uma contra-partida do Estado. Em seguida o conselheiro Mattedi colocou em votação o pedido de prorrogação por oito meses para o atendimento as condicionantes referentes às construções dos Hospitais mencionados e foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Laelson Dourado apresentou um convite da Bahia Mineração para visitar a área da mina em Caetité e da captação de água em Malhada, programada para 16 a 18 de março; registrou ser um empreendimento com investimentos bastante relevantes para o Estado da Bahia. Passou para o momento da Tribuna Livre: a conselheira Isabel, como conselheira gestora da APA Tinharé-Boipeba, solicitou à Secex/Ceptram que encaminhasse a SFC/DUC e ao IMA um pedido de informação sobre a Anuência Previa e/ ou licenciamento do loteamento, Fazenda Boca da Barra - Boipeba - Cairu, Bahia, de propriedade da Sra. Maria do Carmo Souza Guimarães. O conselheiro Aurinézio Calheira solicitou informações sobre o pedido de Avocação da Licença de Operação deliberado por este Conselho ao processo da CONDER referente ao Estádio de Pituagu. O conselheiro Mattedi esclareceu que foi concedida uma Licença de Operação Precária válida por noventa dias, ato permissível nos casos de emergência para funcionamento em caráter provisório e registrou que o pedido de Avocação estava sendo considerado. O representante do IMA Pablo Villanueva complementou os esclarecimentos dizendo que a Licença de Operação Precária se fez e necessário para avaliar toda eficácia do sistema implantado para corroborar o Parecer final da Licença de Operação a ser concedida. O conselheiro Josemário Martins solicitou que a Secretaria Executiva intercedesse junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA, através da Diretoria Florestal que possibilite a celeridade dos processos com pedido de Autorização de Supressão de Vegetação – ASV pleito do Sindicato de Itacaré para acesso ao “Programa Luz para Todos” que terá como órgão executor COELBA, para que possa efetivar essas ligações de energia elétrica que beneficiará (8) oito comunidades da região de Itacaré e destacou a comunidade João Rodrigues pertencente a comunidades remanescentes Quilombolas; solicitou uma intervenção do IMA/Diretoria Florestal que possibilite a liberação de Averbação de Reserva Legal requerida junto ao INCRA para assentamento de Reforma Agrária da Fazenda Retiro em São Sebastião do Passe; reforçou que seja disponibilizado o instrumento para utilização do Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental –TCRA que atende as áreas de Agricultura, Silvicultura e Postos de Combustível. O conselheiro Sergio Bastos solicitou programação e respectivos procedimentos para realização da Assembléia de renovação dos membros do Conselho. A conselheira Ana Maria solicitou informações sobre o processo da DINIT diligenciado na 318ª reunião ordinária de 30 de maio de 2008. Passou para o Processo Diligenciado: **1420080013348**, Secretaria Executiva do Ceptram, referente à proposta de Resolução que dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada, conselheira relatora Isabel Ligeiro fez um breve histórico dos procedimentos e encaminhamentos para elaboração e revisão dessa resolução. O conselheiro Luiz Galvão fez algumas considerações e destacou que não foi definido um mínimo de estrutura para que o município exerça essa função; citou o **artigo 7º** que falava sobre o órgão responsável com capacidade administrativa técnica interdisciplinar sugeriu alterar para “*multidisciplinar*”; disse que o texto deverá ter o significado do presente; o **artigo 9º**, parágrafo primeiro, deveria definir a estrutura mínima ou garantir o mínimo de capacidade técnica; também nesse mesmo arquivo onde se lê “...deverá criar...” alterar para “...*deverá dispor as condições para operar..*” disse que com relação aos limites intermunicipais acha que o arquivamento se dará apenas pelos documentos que forem encaminhados pelos municípios; no **artigo 10**, onde se lê “...o município irá garantir...” alterar para “...*o município garantirá...*”; no **artigo 11**, parágrafo primeiro onde se lê “...recomenda a aplicação da melhor tecnologia...” alterar para “...*recomendar a melhor equipe ou equipe mínima...*”; no **artigo 12**, parágrafo único onde se lê “...o licenciamento nas áreas urbanas consolidadas...” dever-se-ia levar em conta a existência de um ecossistema urbano; onde se lê “...respeitando-se o nível de opção do licenciamento...” substituir por “...*o nível de caracterização...*”; no **artigo 13** onde se lê “...o município ficará responsável...” alterar para “...*o município é responsável...*”; no

artigo 15 "...o município nos termos da Lei poderá efetuar a contratação.." alterar para "...o município nos termos da Lei em caso de necessidade será responsável pela contratação..."; **no artigo 16**, parágrafo primeiro, onde se lê "...no caso em que se detectar a formação de processo..." alterar para "...no caso de se detectar..." ainda nesse parágrafo, onde se lê "...fora do seu âmbito de competência territorial e o nível de opção do licenciamento o órgão ambiental municipal dará ciência imediata ao requerente do arquivamento do processo..." complementar: "...no que diz respeito aos documentos exigidos a nível municipal.." no parágrafo segundo, onde se lê "...no caso de conflito acerca do ente federativo competente para a realização... alterar para "...em caso de dúvida ou conflito acerca de qual ente competente para a concessão do licenciamento o respectivo processo deverá ser submetido a apreciação do Cepram..." ; no **artigo 17** onde se lê "...exercer o licenciamento..." alterar para "...conceder o licenciamento..."; por fim solicitou que fosse substituído o termo citado na composição do Conselho Municipal (inciso III, artigo 7º) "econômico" por "empresarial". O conselheiro Marcelo Miranda solicitou modificar o termo no parágrafo primeiro do artigo 9º - onde se lê "alimentar o sistema com as informações..." alterar para "...inserir as informações...". O conselheiro Mattedi colocou em votação a Resolução sem prejuízos a proposta de alteração apresentada e foi aprovada por unanimidade; colocou em votação a proposta de alteração do inciso III, artigo 7º e/ou pela manutenção do texto anterior definido no GT GAC, sendo aprovada a redação do texto anterior. A conselheira Isabel Ligeiro fez referência ao Anexo Único dessa Resolução com relação ao item G-2.1 para dirimir dúvidas quanto ao estabelecido a ser esclarecido. Por fim deu-se como aprovada a Resolução com as alterações apresentadas e propôs rever o Anexo. Passou para o **Processo nº 2008-006904/TEC/LI-0044**, Maccaferri do Brasil LTDA, conselheiro relator Aurinézio Calheira que apresentou voto favorável com alterações de condicionantes. O conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Processo nº **2007-006834/TEC/AIMU-0351**, José Alonso Borsoi, diligenciado pelo conselheiro relator Josemário Martins que apresentou voto pela manutenção da multa com recomendações ao IMA, SFC/SEMA, para que se realize Averbação de Reserva Legal considerando ser um documento indispensável para o processo de reforma agrária e o licenciamento ambiental da referida área. O conselheiro Mattedi colocou em discussão seguida de votação e foi aprovado por unanimidade. Passou para os Processos Adiados: **1420880069971**, Secrearia Executiva do Cepram, proposta de reestruturação de Resolução das Câmaras Técnicas, conselheiro relator Erisvaldo Melo que teve pedido de vistas pelos conselheiros Iglesias Brasil, Marcelo Miranda e Luiz Galvão. **Processo nº 2008-008763/TEC/LL-0077**, Nossa Senhora da Vitória Empreendimentos Turísticos e Imobiliário S/A, conselheiro relator Sergio Bastos que apresentou voto favorável. O conselheiro Mattedi colocou em discussão seguida de votação e foi aprovada por unanimidade. Passou para o **Processo nº 2008-019422/TEC/LL-0138**, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária no município de Santo Amaro, que teve Ad Referendum concedida através Resolução nº 3912, de 23/12/08, conselheiro relator Jackson Bomfim. O conselheiro apresentou voto favorável. A conselheira Elbamair Matos pediu vistas a esse processo e foi concedida. Processo nº **2008-019640/TEC/LL-0139**, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, município de Malhada, conselheiro relator João Lopes que apresentou voto favorável e foi aprovado sob rito sumário. Em seguida foi apresentado o Calendário 2009 das reuniões ordinárias com proposta de realizar a 327ª reunião referente ao mês de fevereiro no dia 6 de março e a 328ª reunião no dia 27 de março, bem como uma alteração para o mês de junho que deverá ocorrer no dia 30 (terça-feira); apresentou proposta de temas previstos a serem discutidos em pauta nas próximas reuniões. O conselheiro Mattedi informou que será desenvolvida a sistematização do material produzido durante o Seminário Governança para Sustentabilidade realizado em 2008 a ser apresentado aos membros integrantes deste Conselho com objetivo de se pensar as ações a serem trabalhadas por este plenário; informou que a SEMA estava discutindo a questão de educação ambiental, ou seja, um programa de educação ambiental direcionado a proprietários produtores rurais; comunicou que a Secretaria de Educação juntamente com esta Secretaria através de uma Comissão correspondente aos órgãos gestor da política ambiental, propôs em 2009 o ano da Educação Ambiental como foco complementar as atividades extra classe com trabalhos paralelo em salas de aula na rede pública Estadual. O conselheiro Mattedi agradeceu a presença de todos. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 17h00. Eu, Eliuda Soares Costa dos Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho. Salvador, 30 de janeiro de 2009.

Presentes:

Membros CEPRAM:

Eduardo Mattedi Werneck – Secretário Executivo

Aurinézio Calheira - COFIC

Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA

Erisvaldo Melo - Terra Viva

Elbamair Matos – AAMEN

250 César Roberto Góes Carqueija – CRBio5;
251 Guilherme de Castro Moura – FAEB
252 Iglesias Brasil – IAMBA
253 Isabel Ligeiro – IDEIA
254 Isa de Rincquesen
255 Jackson Bomfim Carvalho -FETAG
256 João Lopes de Araújo - AIBA
257 José Cisino M Lopes - CODEAGRO
258 Josemário Martins – S.T.Itacaré
259 Laelson Dourado – SICM
260 Letícia Nobre – SESAB
261 Luiz Galvão – SINDIBRITA
262 Marcelo Nunes de Abreu – SEAGRI
263 Marcelo Miranda – APEFEBA
264 Sergio Bastos – COFIC
265 Vera Lúcia Frazão - SEINFRA
266 **Secretaria Executiva/SEMA/SPS**
267 Kitty Tavares, Celeste Simões, Eliuda Soares, Juliana Freitas